

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Título do artigo:

PARTEIRAS TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA: capacitação, incorporação de saber e resistência cultural

Recomendações:

- () Publicar como está ou incluir apenas pequenas modificações de forma;
- (x) Publicar mediante reformulação, incluindo modificações substantivas;
- () Não publicar, sugerindo ao (a) autor(a) que encaminhe o artigo para outro periódico.

PARECER

O artigo trata de tema relevante, possuindo seus méritos. Todavia, nele encontram-se uma série de erros e limitações que devem ser corrigidos antes de publicado, sob risco de afetar a qualidade e a imagem da Revista.

1) Há uma nítida limitação no domínio das regras gramáticas e de ortografia, além de falta de critério na construção de uma narrativa acadêmica herdeira da tradição das ciências sociais.

No que refere-se, por exemplo, a ortografia e gramática, os erros aparecem ainda no primeiro parágrafo com o uso equivocado de pontuação e preposição. Cito:

"Este artigo tem como objetivo analisar a "capacitação" de parteiras tradicionais e as incorporações de saber médico e resistência cultural na prática de partejar, faz parte de um conjunto de reflexões contida na tese de doutoramento em sociologia, sob o título "Capacitação" de Parteiras Tradicionais do Amapá: Tensões entre incorporação de saber médico e resistência cultural na prática de partejar - Universidade Federal do Ceará (2017)..."

Problemas dessa natureza repetem-se ao longo do texto e necessitam de revisão profissional urgente.

Os problemas de formatação também repetem-se. A cada momento as citações em recuo aparecem de formas diferentes e muitas passagens do artigo evidentemente foram "cortadas" de outro texto, com outra formatação, sem que o autor demonstrasse o devido cuidado. Cito exemplos:

"O Programa Nacional de Parteiras Tradicionais do Ministério da Saúde em parceria com outras entidades, traz entre suas bases o aproveitamento das parteiras já ativas em suas comunidades. Assim, tem-se a ideia de oferecer às parteiras melhores condições de trabalho e reciclagem. As parteiras "ditas" tradicionais foram incluídas em Programas nacional e estadual desde 1995. Este Programa foi implantado no Amapá, como um programa do governo estadual e sua efetivação deu-se por etapas que incluíram o levantamento prévio de todos os municípios para fazer o primeiro censo de parteiras e a quantidade de partos realizados em domicílio, visitas aos territórios indígenas e às áreas rurais e urbanas desses municípios e áreas de remanescentes quilombolas, para localizar e cadastrar as parteiras atuantes. O ponto de partida foi o Censo das Parteiras do Amapá, fazendo um levantamento sobre o trabalho e as condições socioeconômicas dessas mulheres. Em 1996 tinha-se o conhecimento de aproximadamente 200 parteiras tradicionais. Em 1997 esse número subiu para 530, alcançando 698 em 1999 e em 2001 foi realizado o último censo e chegou a 1.531 (BRSIL,2012). No último levantamento, constam nos cadastros de parteiras um total de 1517. Segundo a *Gerência de Projeto de Valorização de Parteiras Tradicionais do Amapá (GPVPT)*, a diminuição se deve ao falecimento de 14 parteiras no decorrer de 2001 para 2014 (AMAPÁ, 2014)"

Outro exemplo:

"O Ministério da Saúde sob a orientação da OMS, é bastante claro quanto aos critérios de participação do programa: ser reconhecida pela comunidade como parteira. O crescente interesse pela participação parece indicar a importância que os cursos levados ao interior conferem ao ofício, no sentido de seu reconhecimento social e sua legitimidade governamental, ou até mesmo, como reinvenção de uma tradição, como sugerem as expectativas pelo curso e a sensação de 'empoderamento' que a identidade de parteira parece vir adquirindo nas regiões onde o programa tem se institucionalizado, como o caso do Amapá e do Pará (TORNQUIST, 2004. P. 234).

As Antropólogas Jordan (1989) e Fleischer (2006), etnografaram cursos de parteiras. Para Jordan, que etnografou os cursos no interior do México, os treinamentos da biomedicina são um espaço privilegiado em que a obstetrícia biomédica e cosmopolita é apresentada como um *authoritative knowledge*, quer dizer, "o conhecimento que, em um contexto particular, é visto como importante, relevante e consequente para a tomada de decisões" (1989, p. 925). Para essa autora, esses treinamentos

têm intuito, apropriações e desdobramentos muito mais simbólicos e políticos do que técnicos, tanto para quem desenha e implementa quanto para quem recebe e reproduz os cursos. Fleischer, diz que seus dados etnográficos pretenderam mostrar como as parteiras de Melgaço/PA, “aprendem” muito mais do que identificar um parto “arriscado” ou esterilizar uma tesoura, e acrescenta:

Nos cursos, elas angariavam uma *expertise* do que, como, com quem e quando falar sobre partos. **Falar e circular** pareciam ser as principais estratégias de um empoderamento específico, talvez muito mais individual e familiar do que as expectativas feministas e coletivistas do Instituto Partejar; talvez muito mais políticas do que o investimento técnico-obstétrico feito pelo Ministério da Saúde e pelas agências internacionais (FLEISCHER, 2006, P. 239)

Semelhante ao que, Jordan encontrou entre parteiras no México e Fleischer, entre as parteiras de Melgaço, as parteiras do Amapá também “reproduzem os cursos exatamente da mesma forma como estes lhes foram apresentados”, sendo de uma forma discursiva peculiar delas.

No Amapá, o primeiro momento rumo a efetivação dos cursos, foi a realização de um seminário promovido pelo governo do Amapá em parceria com o CAIS do Parto. Teve início o *I Seminário Estadual de Parteiras tradicionais* com o tema: *Vamos trazer à luz os problemas da nossa profissão*, realizado no período de 29 a 30 de abril de 1996. Esse seminário teve por objetivo geral “articular a rede local de parteiras com a rede nacional”. A intenção do evento foi fortalecer o movimento de parteiras por melhores condições de trabalho e, ainda, promover um intercâmbio cultural entre as parteiras de todo o país.”

Destaco que erros dessa natureza - gramática, ortografia, formatação e construção de texto acadêmico-científico - indicam falta de cuidado e critério por parte do autor. Ou, ainda mais preocupante, indicam um déficit não apenas no domínio da linguagem acadêmica, como da própria língua portuguesa. Por exemplo, ainda no primeiro parágrafo, além dos erros gramaticais e ortográficos, o autor não foi capaz de articular de modo satisfatório seus argumentos introdutórios e a apresentação dos seus objetivos.

2) Em termos de conteúdo, o artigo traz uma discussão relevante para as ciências sociais. Todavia, há pouca profundidade analítica em sua reflexão. Ao contrário do que o entendimento vulgar possa considerar,

etnografia não consiste em descrição de trechos das falas nativas ou descrição do observado. Etnografia, como bem pontuaram Strathern, Mariza Peirano, Geertz, Cardoso de Oliveira e tantos outros antropólogos, consiste numa forma específica de produção de saber que conjuga, de maneira articulada, pesquisa e teoria. Boas etnografias, nascem, necessariamente, do diálogo entre teorias nativas sobre determinado tema e o arcabouço teórico da disciplina. Neste sentido, o próprio relato etnográfico qualificado é denso de reflexão teórica. O artigo apresenta limitações nesse quesito.

A limitação também se reflete no limitado conjunto de bibliografias que informam a reflexão do artigo.

Especificamente sobre parteiras indico a leitura e inclusão (de alguns) dos seguintes trabalhos:

BESSA, Lucineide. 1999. "Condições de trabalho de parteiras tradicionais: algumas características no contexto domiciliar rural." Revista da Escola de Enfermagem da USP 33.3: 251-254

CARNEIRO, R. G. 2015. Cenas de Parto e Políticas do Corpo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

DESLANDES, S. F. (org.). 2006. Humanização dos Cuidados em Saúde: conceitos, dilemas e práticas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

DIAS-SCOPEL, Raquel. 2015. A cosmopolítica da gestação, do parto e do pós-parto: práticas de autoatenção e processo de medicalização entre os índios Munduruku. Brasília: Paralelo 15.

DINIZ, S. G. 2005. "Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento". Ciência e Saúde Coletiva, vol.10, n 3, p.627-637.

FLEISCHER, Soraya. 2005. "Doulas como "amortecedores afetivos". Notas etnográficas sobre uma nova acompanhante de parto". Revista Ciências Sociais da Unisinos, vol.41, n. 1, p.11-22.

FLEISCHER, Soraya. 2007. "Parteira, buchudas e aperreios": Uma etnografia do atendimento obstétrico não oficial na cidade de Melgaço,

Pará. Tese de Doutorado, UFRGS.

FLEISCHER, Soraya. 2008. "Então, minha filha, vamos se afomentar?": puxação, parteiras e reprodução em Melgaço, Pará. *Ciências e Saúde Coletiva*, 13(3): 889-898.

NONATO, T. R. 2007. Humanização do parto nos contextos público e privado no Distrito Federal. Dissertação de Mestrado, Brasília: Universidade de Brasília.

PEREIRA, W. R. 2000. O Poder, a Violência e a Dominação Simbólicos nos Serviços Públicos de Saúde que Atendem Mulheres em Situação de Gestação, Parto e Puerpério. Tese de Doutorado, Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo.

PULHEZ, M. 2013. "Parem a violência obstétrica": a construção das noções de 'violência' e 'vítima' nas experiências de parto. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, vol. 12, n.º 35, p. 544-564.

PINTO, Maria. 2010. Filhas da Mata: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. Belém: Açáí.

RATTNER, D. 2009. "Humanização na atenção a nascimentos e partos: breve referencial teórico". *Interface*, vol. 13, supl. I, p. 595-602.

TEMPESTA, Giovana. 2017. Mulheres que cuidam de mulheres. Reflexões sobre o papel das doulas no movimento de humanização do nascimento no Brasil. Mimeo.

Sobre etnografia, sugiro as seguintes leituras:

STRATHERN, Marilyn. 2006. O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Editora da Unicamp.

STRATHERN, Marilyn. 2014. "O efeito etnográfico". In: *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: COSACNAIFY. pp. 345-405.

PEIRANO, Mariza. 1991. "O encontro etnográfico e o diálogo teórico". In: Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas. Brasília: UnB, pp. 131-146.

MALINOWSKI. Bronislaw. 1978. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural. Data de Envio:

Data de Recebimento:

- Recomendo publicação
- Recomendo publicação condicionada a modificações
- Não recomendo publicação

Av. da Universidade, 2995, 1º andar, Benfica
CEP 60020-181 – Fortaleza – CE – Brasil
Tel: (85) 3366-7427 3366-7422
E-mail: rcs@ufc.br Site: www.rcs.ufc.br